

ACTA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DE VINTE E SEIS DE SETEMBRO, REALIZADA NO DIA SEIS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E OITO.-----

Aos seis dias do mês de Outubro de dois mil e oito reuniu, pelas vinte e uma horas, na Sala de Sessões da Sede do Município de Santiago do Cacém, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

-----ORDEM DO DIA: -----

6. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

---e) Regulamento de Apoio para a Realização de Obras em Habitações de Indivíduos e Famílias em Situação de Comprovada Carência Económica;-----

---f) Proposta de Alteração ao Regulamento Municipal do Serviço de Abastecimento de Água; -----

---g) Proposta de Alteração do Regulamento de utilização das Piscinas Municipais (retirada); -----

---h) Construção de habitação a custos controlados – Cedência de Lotes – Loteamento Municipal de São Domingos;-----

---i) Declaração de Interesse Público de todos os parques empresariais do Município de Santiago do Cacém.-----

7. ACTIVIDADE AUTÁRQUICA. -----

Efectuada a chamada verificou-se estarem presentes os Membros: Sérgio Baptista Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva, Arnaldo Pereira Gonçalves Frade, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Joaquim António Gamito, Nuno Alexandre Vilhena Braz, António Gonçalves Pereira, José Élio Sucena, Sandra Maria Brás Coelho, Margarida Isabel de Matos Pereira, Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque, Miriam Mills Mascarenhas Barbosa Vicente, Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela, Fernando Augusto Pereira de Sousa, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, António Albino, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, Hélder António Pereira Nunes, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos.-----

Não compareceram os membros: Alexandre Rosa, Carlos Pereira Dias, José Diogo, António Isidoro, João Saraiva de Carvalho, Igor Guerreiro, José Catalino Santos, Vítor Barata, Armando Climas e Joaquim Gonçalves. -----

Verificou-se ainda a presença do senhor Presidente da Câmara Municipal, Vítor Proença, e dos senhores Vereadores Margarida Santos, José Rosado, Álvaro Beijinha, Manuel Mourão e Maria dos Anjos Polícia. -----

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:-----

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

O senhor Presidente deu conhecimento que foram substituídos na reunião, os senhores Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Presidente da Junta de Freguesia de Santiago do

Cacém, e o senhor Joaquim António Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de S. Domingos, pelos seus representantes legais, senhores António José Goulão e Francisco Brissos, respectivamente. -----

-----**ORDEM DO DIA:**-----

6. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

--- e) Regulamento de Apoio para a realização de Obras em Habitações de Indivíduos e Famílias em Situação de Comprovada Carência Económica;-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a proposta que se segue, passando em seguida a palavra ao senhor Vereador Álvaro Beijinha para esclarecimentos complementares: -----

“PROPOSTA: 1 – Aprovar o Projecto do Regulamento de Apoio para a Realização de Obras em Habitações de Indivíduos e Famílias em Situação de Comprovada Carência Económica. * -----

FUNDAMENTOS: O presente Projecto de Regulamento aprovado em reunião de Câmara de 24 de Abril de 2008, foi submetido à apreciação pública, tendo para o efeito sido publicado no Diário da República, 2ª Série – Nº 127 – de 3 de Julho de 2008, com o aviso nº 19336/2008. -----

O mesmo ficou submetido a discussão pública para recolha de sugestões durante o período de 30 dias a contar da data da publicação.” -----

* Documento que será dado como reproduzido na acta da reunião, com o número vinte, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o senhor Arnaldo Frade, que começou por saudar a existência de um Regulamento nesta matéria, normativo que permitirá uma actuação mais transparente, e também as últimas alterações que foram feitas ao documento, considerando que as mesmas vão de encontro ao interesse das pessoas e salvaguardam o interesse público. Contudo, considerou que ainda se poderia fazer mais algumas alterações nomeadamente, ao artigo 5º que podia prever a análise de situações excepcionais de pessoas residentes há menos de três anos e o alargamento do prazo de reclamação prevista no artigo 8º. Acrescentou que na alínea c) do artigo 6º se devia prever a entrega de declaração de outras entidades formadoras. -----

Sugeriu que a Câmara Municipal equacionasse a possibilidade da criação de uma equipa técnica para ajudar os requerentes na instrução dos processos. -----

Chamou ainda a atenção para os cuidados a ter no caso da avaliação dos sinais exteriores de riqueza, bem como nos apoios a conceder, dado que nestes casos é muita vezes prestada ajuda em mão-de-obra, de forma gratuita, e que os materiais podem ser fornecidos através da Câmara Municipal. -----

Relativamente à matéria prevista no artigo 9º, considerou que, se a Segurança Social for envolvida naqueles apoios, devia ficar melhor clarificada a questão da escolha do empreiteiro, para que não venham a ser colocadas reservas sobre esta matéria. -----

Interveio o senhor Francisco Roque que saudou a iniciativa de criação do Regulamento, referindo que o mesmo evitará que seja feita uma análise casuística das situações, bem como as alterações introduzidas no processo de candidatura, artigo 6º, no sentido da sua simplificação. -----

Mais referiu que o nº 2 do artigo 6º podia ser incluído no nº 4 do mesmo artigo. -----

O senhor José Sucena referiu discordar que se junte o nº 2 no nº 4 do artigo 6º, por o considerar supletivo. -----

Sugeri que o licenciamento previsto no artº 11º seja gratuito, devendo o mesmo ficar explícito, tendo em conta que se está a apoiar famílias carenciadas. -----
O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que a passou ao senhor Vereador Álvaro Beijinha, o qual começou por informar que as isenções serão previstas no âmbito do Regulamento Municipal de Taxas. -----
Mais informou não ver inconveniente que se garanta que sejam considerados os residentes no Município há menos de três anos, em situações excepcionais. -----
Relativamente ao apoio técnico, informou que o mesmo já está em prática. -----
Esclareceu que o nº 2 do artigo 6º trata da excepção, no caso da não entrega da declaração do IRS, enquanto o nº 1 do mesmo artigo trata da regra geral. -----
Mais esclareceu que estarão em causa intervenções pequenas e pontuais, acrescentando que normalmente é a Câmara Municipal que desenvolve todo o processo e não têm sido levantados problemas pelas entidades parceiras. -----
Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**. -----
JUSTIFICAÇÃO DE VOTO: Pelo senhor Arnaldo Frade foi apresentada a seguinte declaração de voto: “Votei favoravelmente, sem prejuízo de considerar que as propostas que fiz e não foram aceites melhorariam o documento.” -----

---f) Proposta de Alteração ao Regulamento Municipal do Serviço de Abastecimento de Água; -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a proposta que a seguir se apresenta, passando a palavra ao senhor Vereador José Rosado, para esclarecimentos complementares: -----

“**PROPOSTA:** Aprovar a alteração ao Regulamento Municipal do Serviço de Abastecimento de Água.* -----

FUNDAMENTOS: As Alterações ao Regulamento Municipal do Serviço de Abastecimento de Água, foram submetidas à apreciação pública, tendo para efeito sido publicado na 2ª Série do Diário da República, Aviso nº 18486/2008, de 24 de Junho de 2008.” -----

* Documento que será dado como reproduzido na acta da reunião com o número vinte e um, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o senhor Arnaldo Frade, referindo defender que as pessoas paguem pelo consumo de um bem escasso que é a água. Acrescentou ter dúvidas relativamente à matéria constante na alínea a) do número setenta, onde se determina “**uma componente fixa mensal cuja valor varia em função do calibre do contador instalado.**” -----

Interveio o senhor José Sucena, referindo que aquela taxa existe para fazer face aos custos estruturais, pelo que, se o contador tiver um calibre maior, a taxa será mais elevada. -----

O senhor Jorge Pinela referiu que a estrutura é paga no acto da feitura do ramal. -----

Mais referiu acreditar que os custos do abastecimento de água são superiores ao valor cobrado pela mesma, acrescentando que houve Câmaras Municipais que ao serem impedidas de cobrar pelo aluguer do contador, encontraram formas de recuperar aquele valor. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e três votos a favor, dezasseis, dos senhores Sérgio Baptista Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva,

Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Joaquim António Gamito, António Gonçalves Pereira, José Élio Sucena, Margarida Isabel de Matos Pereira, Albano Mestre, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Hélder Nunes, António José Goulão, Jaime Cáceres, Francisco Maria Brissos, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Fernando Gonçalves dos Santos, eleitos da CDU, quatro, dos senhores Miriam Barbosa Vicente, Sandra Maria Brás Coelho e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito e Fernando Augusto Pereira de Sousa, eleitos do PS, dois, dos senhores Nuno Braz e Jorge Pinela, eleitos do PSD, e um, do senhor Francisco Roque, eleito do BE. -----
Duas abstenções, dos senhores Arnaldo Frade e José Adelino Cintrão, eleitos do PS. ---

--- **g) Proposta de Alteração do Regulamento Municipal de Utilização das Piscinas Municipais;**-----

Esta proposta foi retirada, a solicitação do senhor Presidente da Câmara Municipal. ----

--- **h) Construção de habitação a custos controlados – Cedência de lotes – Loteamento Municipal de S. Domingos – Declaração de interesse público das edificações;**-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte proposta: -----

“**PROPOSTA: 1.** Que a Assembleia Municipal **declare o interesse público** das edificações a erigir nos lotes de terreno a ceder à Cooperativa de Habitação e Construção Económica “Alegria do Povo, CRL”, em Propriedade Plena, a título gratuito, e nas restantes condições de cedência constantes em documento anexo *. Lotes a seguir discriminados, destinados a construção de habitação a custos controlados: -----

a) Lotes n.ºs 8 a 24, do Loteamento Municipal de São Domingos, o lote n.º 8 tem a área de 251,40 m², o lote n.º 9 tem 220,00 m², o lote n.º 15 tem 253,00 m² e os restantes lotes têm a área de 300,00 m² cada, inscritos na matriz sob os artigos 1085º a 1101º, da freguesia de São Domingos;-----

b) Foi atribuído o valor de 6274,94€ ao lote n.º 8, o valor de 5491,20€ ao lote n.º 9 e 7488,00€ a cada um dos restantes lotes;-----

FUNDAMENTOS: 1. Na sequência da deliberação camarária de 13-09-2007, e da Assembleia Municipal de 28-09-2007. -----

2. De acordo com a alínea b) do n.º 4, e alínea f) n.º 1 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”-----

* Documento que será dado como reproduzido na acta da reunião, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, com o número vinte e dois, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o senhor Arnaldo Frade chamando a atenção para a necessidade de correcção de um erro material detectado na alínea b) da cláusula 5ª, do Documento Complementar; onde deverá ser substituído “os sócios do **Primeiro** Outorgante”, por “os sócios do **Segundo** Outorgante”.

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**, com a correcção referida.

O senhor Rui Manuel C. Madeira dos Santos não esteve presente nesta votação.” -----

7. ACTIVIDADE AUTÁRQUICA-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para apresentação da informação sobre a actividade da Câmara Municipal, de Junho e Julho

de dois mil e oito, documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número vinte e três, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

Interveio o senhor Arnaldo Frade que se referiu à inauguração do **parque empresarial de Cercal do Alentejo**, salientando a sua importância para o Município. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a Câmara Municipal tem recebido palavras de apreço e valorização de várias entidades pela concretização daquele empreendimento, totalmente financiado pelo orçamento Municipal. -----

O senhor Arnaldo Frade questionou em seguida sobre a posição da Câmara Municipal relativamente às **actividades de enriquecimento curricular** nas escolas do Município e sobre a **transferência de competências do Ministério da Educação**. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra à senhora Vereadora Margarida Santos que referiu que a Câmara Municipal tem apoiado os Agrupamentos escolares, entidades promotoras das actividades de enriquecimento curricular. Acrescentou que ainda não chegaram à Câmara Municipal as informações relativas àquelas actividades para o ano lectivo em curso, e informou que continua a haver falta de professores de inglês, à semelhança do ano anterior.-----

Relativamente à transferência de competências, informou que a Câmara Municipal não protocolou com o Ministério da Educação, de acordo com o que foi recomendado pela ANMP, dado que existem algumas questões por esclarecer. -----

O senhor Arnaldo Frade referiu que as **Associações de Bombeiros** enfrentam dificuldades, devido, em parte, ao baixo preço do quilómetro no transporte de doentes e aos atrasos no pagamento dos serviços prestados por parte das entidades de Saúde. Pelo que, apresentou uma **proposta** à Assembleia Municipal, **de recomendação aos Serviços de Saúde** que interagem com as Associações de Bombeiros, no sentido de lhes chamar a atenção para o cumprimento dos prazos de pagamento protocolados com as mesmas.-----

Questionou ainda a Câmara Municipal sobre o que pretende fazer em termos de apoio às Associações de Bombeiros.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a Câmara tem diligenciado junto das entidades de Saúde nomeadamente, Hospital do Litoral Alentejano e Hospital de S. Bernardo, no sentido da resolução do problema relativo aos atrasos nos pagamentos às Associações de Bombeiros. -----

Acrescentou que a Câmara Municipal apoia os Bombeiros na sua reivindicação pelo aumento do preço do quilómetro, porque com o preço actual, as Associações tem muitas vezes prejuízo e acabam por ser elas a financiar o Estado através do Serviço Nacional de Saúde.-----

Mais referiu que, se a rede de Cuidados Primários de Saúde fosse outra evitaria tantas deslocações dos utentes com recurso ao transporte por parte dos Bombeiros e até minimizaria o problema energético.-----

Referiu ainda que não é a primeira intervenção que faz aumentar os custos das Associações. -----

Interveio o senhor Jaime Cáceres, referindo que a situação dos Bombeiros se agravou também com o aumento dos combustíveis, e que o Estado deveria assumir os seus compromissos com as Associações.-----

O senhor Presidente colocou à consideração do senhor Arnaldo Frade, proponente da recomendação aos Serviços de Saúde sobre o assunto em apreço, a elaboração de uma **proposta de Moção** em conjunto com a Mesa da Assembleia Municipal, com o seguinte teor:-----

-----“**MOÇÃO**”-----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida no dia seis de Outubro de dois mil e oito, manifesta a sua preocupação pelo atraso no pagamento devido às Associações de Bombeiros do Município pelas entidades responsáveis do Ministério da Saúde designadamente, o Hospital do Litoral Alentejano, o Hospital de S. Bernardo e as Administrações Regionais de Saúde – ARS, pelos serviços que diariamente prestam em transporte de doentes e, como tal, reivindicam dessas entidades uma actualização nos prazos desses pagamentos e o aumento nos preços por quilómetro, no sentido de cessarem os prejuízos financeiros até agora causados às referidas Associações, de acordo com o protocolado e tendo em conta o aumento dos preços dos combustíveis. -----

A remeter: às entidades referidas no texto, ao Ministério da Saúde e às Associações de Bombeiros do Município.” -----

O senhor Presidente colocou a **proposta de Moção** para discussão. -----
Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou de imediato a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** -----

O senhor Arnaldo Frade questionou também sobre a evolução da situação da **rotunda provisória, sita no entroncamento junto à sede dos Bombeiros de Santo André.**-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o projecto daquela Rotunda já foi aprovado e que o mesmo será incluído nos documentos previsionais para o próximo ano. -----

O senhor Jaime Cáceres lembrou que perto daquela Rotunda se situa um espaço destinado ao Heliporto que o Governo prometeu há alguns anos, mas que até agora não concretizou. Pelo que, propôs que fosse feita uma recomendação à Câmara Municipal, para que reivindique junto do Governo a **construção** daquele **Heliporto**, com a sua inclusão em PIDDAC. -----

O senhor Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou de imediato a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** -----

-----**ASSOCIAÇÃO PORTA ATLÂNTICA**-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento que teve lugar, recentemente, uma reunião daquela Associação, a qual não teve actividade durante os dois últimos anos, onde vai questionada a sua continuidade, assunto que deverá ser discutido na próxima Assembleia Geral. -----

Mais informou que naquela reunião foi valorizado, por vários parceiros, o papel da Câmara Municipal de Santiago do Cacém e da Câmara Municipal de Sines em diferentes áreas nomeadamente, no âmbito de projectos ligados ao Ambiente, de grande importância para a região, num esforço impressionante de qualificação e valorização da mesma. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pelo senhor Primeiro Secretário a relação em minuta das deliberações tomadas na presente reunião, a constar em acta. -----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pelo senhor Presidente, não se tendo verificado inscrições para o fazer. -----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido aprovada, por unanimidade. -----

Os trabalhos foram declarados encerrados pelo senhor Presidente, eram vinte e três horas. -----

Desta Sessão se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa. ----

